RADAR STOCHE FORBES – BANCÁRIO E MERCADO DE CAPITAIS

Governo Federal publica medida provisória autorizando CRA e CDCA com remuneração atrelada à variação cambial

O Governo Federal editou, em 11 de maio de 2016, a Medida Provisória nº 725 (“[MP 725](#)”), que alterou a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, a qual dispõe, dentre outras matérias, sobre o certificado de direitos creditórios do agronegócio (“[CDCA](#)”) e o certificado de recebíveis do agronegócio (“[CRA](#)”).

A principal inovação trazida pela MP 725 foi a autorização à emissão de CRAs e CDCAs com a sua remuneração indexada à variação cambial, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

i. Os títulos devem ser integralmente lastreados em títulos representativos de direitos

creditórios com cláusula de correção na mesma moeda, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (“[CMN](#)”);

- ii. os títulos devem ser negociados, exclusivamente, com investidores não residentes nos termos da legislação e regulamentação em vigor; e
- iii. devem ser observadas as demais condições a serem estabelecidas pelo CMN.

A MP 725 pode ser encontrada [aqui](#).

CVM alerta administradores de carteiras para o prazo excepcional de entrega do Formulário de Referência

A Comissão de Valores Mobiliários (“[CVM](#)”) emitiu, em 12 de maio de 2016, um alerta aos administradores de carteiras credenciados para comunicar a concessão de um prazo extraordinário para o envio dos respectivos formulários de referência relativos à posição de 31 de dezembro de 2015 (“[Alerta](#)”).

O formulário de referência para administradores de carteiras foi introduzido pela Instrução da CVM nº 558, de 26 de março de 2015 (“[Instrução CVM 558](#)”), que dispõe sobre o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, e sua entrega deve ser feita até o dia 31 de março de cada ano. Devido ao período de adaptação às novas

regras da Instrução CVM 558, no entanto, os administradores constituídos sob a forma de pessoa jurídica poderão encaminhar o formulário de referência até 30 de junho de 2016, enquanto os administradores cadastrados como pessoa física deverão encaminhar o documento até 31 de maio de 2016.

Cabe ressaltar que se trata de um prazo excepcional, tendo em vista o período de adaptação às normas da Instrução CVM 558, e que o prazo para entrega a partir de 2017 será 31 de março de cada ano.

O Alerta por ser encontrado [aqui](#).

Colegiado da CVM pune corretoras e seus diretores por infrações às normas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro

O Colegiado da CVM julgou, em 24 de maio de 2016, o processo administrativo sancionador CVM nº 12/2013 (“[Processo Administrativo Sancionador nº 12/2013](#)”), que analisou suposto descumprimento de

normas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro por parte de corretoras de títulos e valores mobiliários (“[Corretoras](#)”) e seus diretores.

No caso, as Corretoras e seus diretores foram acusados de não terem comunicado à CVM transações (i) consideradas suspeitas por serem incompatíveis com a situação patrimonial e financeira declarada nas fichas cadastrais dos comitentes; e (ii) tidas por excepcionais, devido à taxa de sucesso obtida nessas operações, cuja comunicação é obrigatória nos termos da regulamentação e da legislação relativas à prevenção à lavagem de dinheiro.

Apesar dos acusados terem sido absolvidos da acusação mencionada no item (i) acima, o Colegiado da CVM deliberou pela condenação das Corretoras e de seus respectivos diretores a penas de multa variando de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais) a R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) para as pessoas físicas e de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para as pessoas jurídicas, tendo em vista o descumprimento do artigo 11, incisos I e II da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e ao artigo 7º, inciso I, da Instrução da CVM nº 301, de 16 de abril de 1999.

CVM edita instrução que atualiza o procedimento de registro simplificado de ofertas públicas

A CVM editou a Instrução nº 575, de 17 de maio de 2016 (“Instrução CVM 575”), que altera a Instrução da CVM nº 471, de 31 de outubro de 2008, conforme alterada (“Instrução CVM 471”), que dispõe sobre o procedimento simplificado para o registro de ofertas públicas na CVM.

As principais alterações trazidas pela Instrução CVM 575 foram as seguintes:

- i. o prazo para cumprimento das exigências formuladas pela CVM poderá ser prorrogado, mediante requerimento fundamentado da entidade autorreguladora, por um período não superior a 10 (dez) dias úteis. Adicionalmente, caso o prazo não seja cumprido, será enviado um ofício para o coordenador líder da oferta e para o ofertante, questionando se há interesse na conversão do procedimento simplificado em procedimento ordinário, em substituição à conversão automática prevista anteriormente;
- ii. substituição da publicação do comunicado ao mercado em jornais de grande circulação, previsto no caput do artigo 7º da Instrução CVM 471 (“Comunicado ao Mercado”), pela divulgação por meio dos canais de comunicação habitualmente utilizados pelo emissor para divulgação de ato ou fato relevante;
- iii. caso o ofertante pretenda divulgar um prospecto preliminar, sua minuta deverá ser

incluída dentre os documentos apresentados à CVM quando do pedido de procedimento simplificado;

- iv. a minuta do prospecto preliminar deverá ser disponibilizada apenas na página da rede mundial de computadores da entidade autorreguladora que houver recebido o pedido de análise prévia na data em que for divulgado o Comunicado ao Mercado; todavia, para que o prospecto preliminar possa ser divulgado durante o período de análise prévia pela entidade autorreguladora, tanto o prospecto preliminar quanto o aviso ao mercado deverão ser divulgados nas páginas das redes mundiais de computadores do emissor, do ofertante, das instituições intermediárias participantes da oferta, da CVM, da bolsa de valores ou mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários ofertados sejam admitidos à negociação e da entidade autorreguladora; e
- v. é facultada a interrupção do prazo para análise do pedido de registro pela CVM, uma única vez, por período não superior a 30 (trinta) dias úteis, mediante requerimento fundamentado apresentado pela entidade autorreguladora, sendo que após esse prazo recomeçam a fluir os prazos de análise, como se novo pedido de registro tivesse sido apresentado.

A Instrução CVM 575 pode ser encontrada [aqui](#).

CVM edita ofício-circular com orientações relativas à Instrução CVM 476 e à Instrução CVM 555

A CVM editou, em 16 de maio de 2016, o ofício-circular nº 1/2016/CVM/SIN/SRE (“Ofício-Circular SIN/SRE”) com o fim de esclarecer dúvidas relativas ao enquadramento de cotistas de fundos de investimento como investidores qualificados ou profissionais, conforme os conceitos dos artigos 9º-A e 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Investidor Qualificado” e “Investidor Profissional”, respectivamente), para fins de participação em ofertas públicas com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”).

De acordo com os artigos 151 e 152 da Instrução da CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada (“Instrução CVM 555”), é permitida a permanência e a realização de aplicações adicionais, em fundos destinados a Investidores Qualificados ou Investidores Profissionais, de cotistas que ingressem no fundo até o início da vigência da Instrução CVM 555 e deixem de se enquadrar na respectiva categoria.

Por outro lado, o artigo 2º da Instrução CVM 476 determina que as ofertas públicas reguladas por ela

sejam destinadas exclusivamente a Investidores Profissionais.

Nesse contexto, a CVM editou o Ofício-Circular SIN/SRE, esclarecendo a interpretação da sua área técnica de que os cotistas que estiverem nas situações descritas nos artigos 151 e 152 da Instrução CVM 555 poderão participar de novas ofertas públicas reguladas pela Instrução CVM 476, ainda que não atendam ao requisito de serem Investidores Profissionais.

Adicionalmente, o Ofício-Circular SIN/SRE indica não haver a necessidade de atendimento aos limites quantitativos de procura e aquisição de valores mobiliários previstos no artigo 3º da Instrução CVM

476 com relação aos investidores que já investiam no fundo, de forma que seja preservado o direito de preferência dos atuais cotistas e o direito do cotista de manter a proporção da sua participação no respectivo fundo de investimento.

No Ofício-Circular SIN/SRE é também ressaltado que a distribuição de cotas de novos fundos de investimento ou mesmo as distribuições de cotas de fundos de investimento já existentes, quando destinadas a novos investidores, devem atender integralmente as exigências previstas na regulamentação, especialmente na Instrução CVM 476.

O Ofício-Circular SIN/SRE pode ser encontrado [aqui](#).

CVM edita ofício-circular com orientações acerca do envio de informações periódicas e eventuais de FIIs

A Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) editou, em 23 de maio de 2016, o ofício-circular nº 4/2016/SIN/CVM (“Ofício-Circular SIN”), destinado a administradores de Fundos de Investimento Imobiliário (“FIIs”).

Os principais esclarecimentos prestados pela CVM foram os seguintes:

- i. a partir de 1º de junho de 2016, o envio de informações periódicas e eventuais previstas na Instrução da CVM nº 472, de 31 de outubro de 2008, conforme alterada (“Instrução CVM 472”) deverá ser feito exclusivamente por meio do sistema FundosNet (“FundosNet”), não
- ii. sendo mais necessário ou permitido o envio de informações por mecanismos distintos;
- iii. a disponibilização das informações no site do administrador, conforme obrigação contida nos artigos 40 e 42 da Instrução CVM 472, somente deverá ser feita após o envio por meio do FundosNet; e
- iiii. o formulário referente ao anexo B do ofício-circular CVM/SIN nº 5, de 7 de março de 2013, continuará sendo exigido até a disponibilização do padrão XML do informe mensal de FII, previsto no artigo 39, inciso I, da Instrução CVM 472.

O Ofício-Circular SIN pode ser encontrado [aqui](#).

CVM submete à audiência pública minuta de Instrução que alterará a Instrução CVM 400

A CVM, por meio do Edital de Audiência Pública SDM nº 04/16 (“Edital SDM 04/16”), submeteu à audiência pública minuta de Instrução que alterará a Instrução CVM 400 (“Minuta”), com o propósito de atualizar as disposições relativas a programas de distribuição de valores mobiliários (“Programas”).

Os Programas têm o objetivo de conferir maior agilidade na realização de ofertas públicas por emissores frequentes. De acordo com a regulamentação atualmente em vigor, qualquer companhia que já tenha realizado ofertas públicas de valores mobiliários pode solicitar o registro de um Programa, o qual poderá ter validade de até 2 (dois) anos. Uma vez realizado esse procedimento, o emissor pode requerer o registro de ofertas realizadas dentro do Programa, mediante a apresentação de suplementos ao prospecto, e o processo deverá ser analisado pela CVM em prazos inferiores aos aplicáveis a ofertas realizadas fora de um Programa.

Uma das principais alterações propostas pela Minuta é a concessão de registro automático para as ofertas realizadas no âmbito de um Programa, mediante a atualização das informações contidas no prospecto do Programa e a apresentação de toda a documentação exigida pela Instrução CVM 400. Além disso, a duração dos Programas passará a ser de até 3 (três) anos.

Por outro lado, a CVM propõe que, inicialmente, os Programas sejam voltados exclusivamente para emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora nem permutáveis em outros valores mobiliários, por entender que esses são títulos mais padronizados e que possuem maior demanda por emissões no âmbito de ofertas registradas.

Além disso, a Minuta torna mais restrito o rol de companhias que poderão requerer o registro de Programas. Primeiramente, o emissor deverá

cumprir com um dos seguintes requisitos: (i) ter realizado ofertas públicas registradas de distribuição de debêntures no valor mínimo de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) nos últimos 48 (quarenta e oito) meses anteriores à data do pedido de registro do Programa; ou (ii) ter valor de mercado das ações em circulação igual ou superior a R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), de acordo com a cotação de fechamento das ações no último dia útil do trimestre anterior à data do pedido de registro do Programa. Adicionalmente, o emissor precisará ter o registro de companhia aberta e estar em fase operacional há mais de 24 (vinte e quatro) meses, e ter cumprido tempestivamente com suas obrigações periódicas nos últimos 12 (doze) meses, nos prazos estabelecidos na regulamentação aplicável. Por fim, as demonstrações financeiras que servem de base para o pedido de registro do Programa não podem ser acompanhadas de relatório da auditoria independente que contenha opinião modificada sobre as demonstrações financeiras. Esses mesmos requisitos, caso não observados, são também hipóteses impeditivas de realização de ofertas no âmbito do Programa, e a Minuta prevê ainda como hipótese impeditiva o inadimplemento de dívidas pelo emissor ou por qualquer de suas controladas e a não divulgação dessas informações em nota explicativa da última demonstração financeira anual ou da última informação trimestral enviada à CVM conforme exigido pelas normas contábeis aplicáveis.

É importante ressaltar ainda que a Minuta também propõe alterações à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, de forma a adequá-la à reforma do Programa, para prever que o Formulário de Referência do emissor também deverá ser atualizado quando do pedido de registro do Programa ou quando da divulgação de suplemento ao prospecto.

Como mencionado no Edital SDM 04/16, a CVM entende que é importante garantir que as companhias que acessarão o Programa tenham um determinado histórico de prestação de informações ao mercado sobre o seu desempenho operacional e sobre sua situação econômico-financeira de forma a garantir uma melhor avaliação aos investidores dos riscos inerentes às suas atividades e aos valores mobiliários por elas emitidos.

O Edital SDM 04/16 pode ser encontrado [aqui](#).

Eventuais sugestões e comentários devem ser encaminhados à CVM até o dia 30 de julho de 2016, preferencialmente pelo endereço eletrônico audpublicaSDM0416@cvm.gov.br, ou ainda para a Rua Sete de Setembro, 111, 23º andar, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20050-901.

Para mais informações sobre o conteúdo deste informativo, contatar:

HENRIQUE BONJARDIM FILIZZOLA
E-mail: hfilizzola@stoccheforbes.com.br

FREDERICO MOURA
E-mail: fmoura@stoccheforbes.com.br

MARCOS CANECCHIO RIBEIRO
E-mail: mribeiro@stoccheforbes.com.br

RANA MORAZ
E-mail: rmoraz@stoccheforbes.com.br

Radar

Stocche Forbes

O Radar Stocche Forbes – Bancário e Mercado de Capitais é um informativo mensal elaborado pelo departamento de Bancário e Mercado de Capitais do Stocche Forbes Advogados, que tem por objetivo informar nossos clientes e demais interessados sobre os principais temas que estão sendo discutidos atualmente nas esferas administrativa e judicial, bem como as recentes alterações legislativas e regulamentares no âmbito do mercado de capitais brasileiro.

Esse boletim tem caráter meramente informativo e não deve ser interpretado como um aconselhamento legal.

São Paulo

Centro Empresarial Cidade Jardim
Av. Magalhães de Castro, 4800
18º andar - Torre 2 - Edifício Park Tower
05676-120 São Paulo SP Brasil
+55 11 3755-5400

Rio de Janeiro

Av. Almirante Barroso, 52 - 23º andar
200031-918 Rio de Janeiro RJ Brasil
+55 21 3609 7900

www.stoccheforbes.com.br

STOCHE FORBES

ADVOGADOS